

GUIA EM PDF · MATERIAL GRATUITO

A definição da IHRA nas universidades

Guia prático da definição de antissemitismo da IHRA nas universidades: o que diz, os 11 exemplos, como aplicar no campus e como proteger o debate.

Juventude Judaica Organizada
jjo.org.br · Para universidades · Adultos

Foto da capa: Rainha Beatriz dos Países Baixos visita o Yad Vashem. Government Press Office (Israel) · CC BY-SA 3.0 · Wikimedia Commons

PARA	IDADE	EXTENSÃO
Universidades	Adultos	8 páginas
TEMA	**FORMATO**	**VERSÃO**
Universidade	Guia em PDF	em revisão · out/2026

> A definição da IHRA foi adotada por unanimidade em 26 de maio de 2016 pelos países-membros da Aliança Internacional para a Memória do Holocausto. Ela descreve o antissemitismo como "uma determinada percepção dos judeus, que pode manifestar-se como ódio contra judeus" e vem acompanhada de 11 exemplos. Nas universidades, não tem força de lei: serve para reconhecer, registrar e prevenir assédio e discriminação contra judeus, sempre levando em conta o contexto, o alvo e o efeito de cada caso.

O que significa IHRA e o que diz a sua definição de antissemitismo?

IHRA é a sigla de *International Holocaust Remembrance Alliance*, a Aliança Internacional para a Memória do Holocausto. Trata-se de uma organização intergovernamental com dezenas de países-membros, que em **26 de maio de 2016**, na plenária de Bucareste, aprovaram por unanimidade uma *definição operacional* de antissemitismo.

O texto central diz:

> "O antissemitismo é uma determinada percepção dos judeus, que pode manifestar-se como ódio contra judeus. As manifestações retóricas e físicas do antissemitismo são direcionadas a indivíduos judeus ou não judeus e/ou à sua propriedade, a instituições comunitárias judaicas e a instalações religiosas."

A definição traz **11 exemplos contemporâneos**, que a própria IHRA apresenta como **ilustrativos e não exaustivos**, lembrando que cada caso precisa ser avaliado no seu contexto. Entre eles estão:

- defender ou justificar a morte ou a agressão de judeus em nome de ideologia radical ou visão religiosa extremista;
- fazer acusações desumanizantes ou estereotipadas contra judeus como grupo, como teorias sobre controle da mídia, da economia ou dos governos;
- responsabilizar coletivamente os judeus por atos de um indivíduo;
- negar o Holocausto, sua dimensão, seus mecanismos, como as câmaras de gás, ou sua intencionalidade;
- acusar os judeus ou Israel de inventar ou exagerar o Holocausto;
- negar ao povo judeu o direito à autodeterminação, por exemplo afirmando que a existência de Israel é, por si só, uma iniciativa racista;
- aplicar a Israel um padrão de conduta que não se exige de outros Estados democráticos;
- comparar a política israelense contemporânea à dos nazistas;
- responsabilizar judeus pelas ações do Estado de Israel;

- exigir de cidadãos judeus prova de lealdade antes de considerá-los cidadãos plenos.

O texto oficial pode ser consultado no site da IHRA e no documento em PDF da definição não juridicamente vinculante. A JJO adota a definição de antissemitismo da IHRA.

Quais países e universidades adotaram a definição da IHRA?

A definição foi aprovada pelos países-membros da IHRA e depois adotada por governos, cidades, instituições públicas, universidades e organizações da sociedade civil em vários países. No meio universitário, os marcos mais conhecidos são estes:

- No Reino Unido, o governo adotou a definição em dezembro de 2016 e, em setembro de 2019, pediu que as universidades fizessem o mesmo. Em outubro de 2020, o secretário de Educação, Gavin Williamson, fixou o prazo de 31 de dezembro de 2020 e advertiu que o financiamento público poderia ser afetado. A Universidade de Oxford adotou o texto em dezembro de 2020. As estimativas sobre a adesão britânica variam: um levantamento fala em **mais de 200 universidades**, outro em **mais de 20% das universidades** do país.
- Nos Estados Unidos, o Departamento de Educação passou a usar a definição em 2018 nas investigações de discriminação sob o Título VI da Lei de Direitos Civis de 1964. Em dezembro de 2019, a Ordem Executiva 13899 orientou os órgãos federais a considerá-la ao avaliar denúncias nas universidades.
- Na Alemanha, em novembro de 2019, a Conferência de Reitores (HRK), que reúne instituições com 94% dos estudantes universitários alemães, endossou a definição e recomendou seu uso.
- Em outros países, relatórios institucionais apontam mais de 300 instituições de ensino superior que a incorporaram, em lugares como Albânia, Argentina e Austrália.

Para o caso britânico, a Biblioteca da Câmara dos Lordes reúne o histórico em Antisemitism on university campuses.

A definição da IHRA é lei? O que significa "adotar" no campus?

Não. A definição da IHRA é um instrumento não juridicamente vinculante. Ela orienta o reconhecimento do antissemitismo, a educação, a coleta de dados e as políticas institucionais, sem ser lei nem tipo penal.

Quando uma universidade "adota" a definição, isso pode acontecer de formas diferentes:

- resolução do conselho universitário;
- orientação administrativa;
- protocolo de registro de incidentes;
- material de formação para professores, servidores e estudantes;
- referência em códigos de conduta e regimentos disciplinares.

A definição também tem peso em sistemas jurídicos que já protegem estudantes. Nos Estados Unidos, orienta a avaliação de discriminação sob o Título VI, e universidades como NYU, Duke, University of North Carolina e University of Illinois firmaram acordos de resolução com o Escritório de

Direitos Civis do Departamento de Educação, prevendo revisão de políticas, treinamento de equipes e inclusão da definição em módulos educativos. A NYU firmou o seu em setembro de 2020. Em julho de 2025, a Universidade Columbia anunciou que passaria a usar a definição na avaliação de denúncias do seu Escritório de Equidade Institucional.

No Reino Unido, a Comissão de Igualdade e Direitos Humanos (EHRC) toma o arcabouço da IHRA como referência para avaliar se a hostilidade ou a exclusão de judeus constitui assédio ilegal sob a Lei de Igualdade de 2010.

Como aplicar a definição da IHRA em casos concretos no campus?

Na prática, aplicar a IHRA significa separar o debate político da conduta discriminatória contra judeus. A universidade pode proteger o debate sobre um conflito internacional e, ao mesmo tempo, punir ameaças, agressões, perseguição, exclusão por origem ou religião e responsabilização coletiva.

Situação	Avaliação preliminar
Debate acadêmico sobre sionismo, Israel ou nacionalismo	Em regra protegido, salvo ameaça, assédio ou incitação
Crítica a decisões do governo israelense	Não é antissemitismo por si só
Pichação ou agressão contra estudantes judeus	Pode configurar antissemitismo e, conforme o caso, infração disciplinar ou crime
Teoria de que "judeus controlam" universidades, bancos ou mídia	Exemplo típico de antissemitismo
Exclusão de judeus de evento por serem judeus ou por suposta culpa coletiva por Israel	Pode configurar discriminação antissemita
Slogan político ambíguo	Exige análise de contexto, sem classificação automática
Interrupção violenta, ameaça ou intimidação de aula, palestra ou grupo estudantil	Conduta coercitiva, a ser tratada qualquer que seja a posição política do autor

Para cada caso, o registro deve anotar separadamente:

1. **o que** foi dito ou feito; 2. **quem** foi o alvo; 3. em **qual contexto** ocorreu; 4. qual foi o **efeito**; 5. se houve **ameaça ou discriminação**; 6. qual **regra institucional** foi violada.

Essa ordem tem razão de ser: a IHRA ajuda a identificar a motivação antissemita, mas a punição depende de uma regra da instituição que tenha sido violada. A associação das universidades britânicas publicou um guia prático para enfrentar o antissemitismo com orientações nessa linha.

Qual é a diferença entre antissemita, antissionista e crítico de Israel?

Pela IHRA, antissemitismo é hostilidade contra judeus; sionismo é o direito do povo judeu à autodeterminação; crítica a um governo pertence ao campo da política. A dúvida surge quando essas coisas se misturam.

A própria definição afirma que criticar Israel como se critica qualquer outro país não é antissemitismo. Por isso, **não é antissemitismo, por si só**:

- opor-se a políticas do governo israelense;
- criticar operações militares ou leis israelenses;
- defender uma ou outra proposta de solução para o conflito com os palestinos.

A crítica **passa a ser antissemita** quando:

- nega ao povo judeu o direito à autodeterminação e trata a existência de Israel como iniciativa racista em si;
- transforma "os judeus" ou "os sionistas" numa entidade conspiratória;
- cobra de judeus brasileiros explicações pelas decisões de Israel;
- usa estereótipos clássicos, como o cifrão em "I$rael";
- aplica a Israel um padrão que não se aplica a nenhum outro país democrático;
- usa a violência contra judeus ou instituições judaicas como suposta resposta a atos de Israel.

Para a JJO, seguindo o critério da IHRA, **negar o direito de Israel existir é antissemitismo**. Quem nega a um único povo, entre todos, o direito a um Estado está tratando os judeus de forma diferente de todos os outros, e isso nada tem a ver com discordar de um primeiro-ministro, de uma lei ou de uma operação militar.

A IHRA ameaça a liberdade acadêmica? O que dizem os críticos?

Quando bem aplicada, a definição protege a crítica política e mira o preconceito contra judeus. Mesmo assim, há quem a critique.

O que os críticos alegam:

- o sindicato britânico de professores (UCU) e o sindicato australiano do ensino superior (NTEU) se opuseram à adoção obrigatória, com o argumento de que os exemplos sobre Israel poderiam inibir o debate político e a liberdade acadêmica;
- Kenneth Stern, um dos redatores do texto original, manifestou ressalvas ao uso da definição como "código de fala" ou instrumento punitivo, lembrando que ela nasceu como guia para coleta de dados e formação.

A resposta:

- o texto da IHRA declara que a crítica a Israel semelhante à dirigida a qualquer outro país não é antissemitismo;

- os exemplos são ilustrativos e exigem análise de contexto, sem formar uma lista automática de infrações;
- é possível adotar a definição com salvaguardas explícitas, como fez a Queen Mary University of London, que aprovou a adoção em 2020 e registrou que criticar o governo de Israel não é antissemita sem evidência adicional de intenção antissemita.

A liberdade acadêmica protege pesquisa, ensino e opiniões impopulares, mas **não protege** ameaças, violência, assédio direcionado, exclusão de estudantes por religião ou origem, nem incitação à agressão. Invocar "liberdade acadêmica" também não apaga o antissemitismo de uma fala que usa estereótipos, nega direitos a judeus ou cria um clima de ameaça. Tribunais federais dos Estados Unidos, em casos como *Frankel v. UCLA* e *Kestenbaum v. Harvard*, reconheceram que "zonas de exclusão" e assédio sistemático contra estudantes judeus podem gerar responsabilidade legal para a universidade.

Como combater o antissemitismo na universidade, na prática?

Combate-se o antissemitismo com regras claras, formação e registro, sem ódio a nenhum povo ou religião. É assim que a JJO entende esse trabalho, e algumas medidas concretas ajudam a colocá-lo em prática.

Para a instituição:

- incorporar a definição aos códigos de conduta e às políticas de diversidade e inclusão;
- usá-la como guia de triagem de denúncias de assédio, vandalismo e intimidação;
- oferecer formação a professores, comitês de ética, servidores e lideranças estudantis;
- criar um canal de notificação de incidentes e agir antes que as tensões cresçam;
- deixar claro que nenhum estudante responde coletivamente pelas ações de um governo estrangeiro.

Para estudantes e professores, vale aprender a reconhecer os tropos clássicos:

- "Os judeus/sionistas controlam a mídia, os bancos, o governo." É o mito do poder oculto, espalhado pelos *Protocolos dos Sábios de Sião*, falsificação publicada em 1903 no Império Russo e depois usada pelos nazistas (Enciclopédia do Holocausto, USHMM; AJC). A carta fundacional do grupo terrorista Hamas, de 1988, repete o mesmo mito no artigo 22 (Avalon Project, Yale).
- O cifrão em "I$rael" ou "SIONI$TAS" evoca o estereótipo que associa judeus a dinheiro.
- "Eles financiam os dois lados." Trata-se da mesma conspiração apresentada de outro jeito.

O que evitar: chamar de antissemita toda crítica ao governo de Israel. O mais eficaz é apontar com precisão onde está o preconceito, porque é essa precisão que dá força à denúncia.

Para levar: o que é essencial sobre a IHRA nas universidades?

- A IHRA é a Aliança Internacional para a Memória do Holocausto, e sua definição foi aprovada por unanimidade em 26 de maio de 2016.

- A definição **não é lei**: funciona como ferramenta para reconhecer, registrar, educar e orientar políticas.
- Os **11 exemplos** são ilustrativos, e cada caso exige análise de contexto, alvo, intenção e efeito.
- Criticar o governo de Israel como se critica qualquer país não é antissemitismo.
- Negar o direito de Israel existir, culpar judeus pelas ações de Israel ou falar em "controle judeu" é antissemitismo.
- No campus, separe **conteúdo político** de **conduta discriminatória**: ameaça, assédio e exclusão se tratam como conduta, qualquer que seja a posição política do autor.
- Uma adoção séria combina **definição, formação, canal de denúncias e salvaguardas** para o debate, como fez a Queen Mary University of London.

Perguntas frequentes

Qual é o significado da sigla IHRA?

IHRA significa International Holocaust Remembrance Alliance, em português Aliança Internacional para a Memória do Holocausto, uma organização intergovernamental com dezenas de países-membros. Em 26 de maio de 2016, em Bucareste, ela aprovou por unanimidade a definição operacional de antissemitismo, hoje usada por governos, universidades e entidades da sociedade civil em vários países para identificar o preconceito contra judeus.

Quais países usam a definição da IHRA?

A definição foi aprovada pelos países-membros da IHRA e, em seguida, adotada por governos e instituições em vários países. O Reino Unido a adotou em dezembro de 2016, e os Estados Unidos a usam desde 2018 em investigações nas universidades. Em 2019, foi endossada pela Conferência de Reitores da Alemanha. Instituições de ensino superior na Albânia, na Argentina e na Austrália também a incorporaram.

Criticar Israel é antissemitismo segundo a IHRA?

Por si só, não. A própria definição afirma que criticar Israel como se critica qualquer outro país não é antissemitismo. A crítica passa a ser antissemita quando nega ao povo judeu o direito à autodeterminação, culpa judeus pelas ações de Israel, usa teorias de controle judaico ou aplica a Israel um padrão que não se exige de nenhum outro país democrático.

A definição da IHRA pode punir alunos ou professores?

A definição não pune ninguém, porque é um instrumento não juridicamente vinculante. O que ela faz é ajudar a identificar se uma conduta tem motivação antissemita. A punição depende de uma regra institucional ou legal violada, como ameaça, assédio, agressão ou exclusão discriminatória. O debate acadêmico e a crítica política continuam protegidos, desde que não descambem para hostilidade contra judeus.

Fontes

1. IHRA – Definição de trabalho de antissemitismo — https://holocaustremembrance.com/resources/working-definition-antisemitism
2. IHRA – Definição não juridicamente vinculante de antissemitismo (PDF) — https://holocaustremembrance.com/wp-content/uploads/2024/01/IHRA-non-legally-binding-working-definition-of-antisemitism-1.pdf
3. IHRA – Manual da União Europeia para o uso prático da definição — https://holocaustremembrance.com/resources/eu-handbook-ihra-working-definition-antisemitism
4. Queen Mary University of London – IHRA working definition of antisemitism — https://www.qmul.ac.uk/human-resources/equality/governance/policies/ihra-working-definition-of-antisemitism/
5. Universities UK – Tackling antisemitism: a practical guide — https://www.universitiesuk.ac.uk/sites/default/files/field/downloads/2021-08/tackling-antisemitism-practical-guide.pdf
6. House of Lords Library – Antisemitism on university campuses — https://lordslibrary.parliament.uk/antisemitism-on-university-campuses/
7. Enciclopédia do Holocausto (USHMM) – Protocolos dos Sábios de Sião — https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/protocols-of-the-elders-of-zion
8. AJC Translate Hate – Protocols of the Elders of Zion — https://www.ajc.org/translatehate/Protocols-of-the-Elders-of-Zion
9. Avalon Project (Yale Law School) – Carta do Hamas de 1988 — https://avalon.law.yale.edu/20th_century/hamas.asp

Material da Juventude Judaica Organizada (JJO), em revisão. Pode ser copiado e usado em sala, em grupos e em casa, citando a fonte. Correções: jjo.org.br/quem-somos/#correcoes